

LIMITES E POSSIBILIDADES DO CONHECIMENTO HISTÓRICO HOJE¹

Astor Antônio Diehl²

Profundamente honrado com o convite recebido pela Coordenação do Curso, quero dizer da minha alegria de poder estar aqui em Cascavel para conversarmos sobre a história. Por outro lado, caiu sobre mim uma dupla responsabilidade. A primeira delas está relacionada com a escolha do título e, sobretudo, a liberdade para que eu escolhesse um tema para esta fala. A segunda parte da responsabilidade diz respeito a minha situação enquanto professor que desta vez não vem em missão oficial como foi o caso recente. Espero que o trabalho sério e competente que está sendo realizado aqui possa, cada vez mais, ser estimulado, pois alguns dos colegas presentes foram meus alunos em outras oportunidades.

Feito este ato de penitência, gostaria de entrar direto no assunto que elegi para a nossa conversa. Escolhi um título que em si contém, assim como eu o percebo, um profundo questionamento vinculado à função do conhecimento histórico que ensinamos, à função da universidade e, em especial, ao papel do historiador no mundo contemporâneo. Falar sobre os limites e possibilidades significa, sobretudo, duas coisas. A primeira é aquela que nos pressiona constantemente a rever nossos conceitos, teorias, posturas e o próprio

¹ Texto apresentado na Aula Magna do Curso de História da Universidade do Paraná, Campus Cascavel, em 27/03/2003.

² Doutor em Teoria, Metodologia e Didática da História pela Ruhr Universität Bochum, Alemanha em 1991. Professor do Curso de História – graduação e mestrado – e mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo/RS.

conhecimento que produzimos através de nossas pesquisas, pois hoje poucos monumentos reclamam ser aere perennius. Isto também serve para o conhecimento histórico. A segunda é aquela que nos coloca frente às possibilidades e as perspectivas no horizonte em mudança. Este horizonte, de antemão, sabemos que jamais iremos encontrar assim como o vemos, sonhamos politicamente e imaginamos na situação do como ele poderia ser na forma ideal. Portanto, vivemos diante de um dilema, qual seja: os limites (as constantes avaliações de que somos pressionados a fazer de nossas posturas e os obstáculos que temos encontrado nesta tarefa), juntamente com as possibilidades do conhecimento histórico no tratamento do presente e na construção do futuro.

Várias razões poderiam servir de justificativa para tentarmos buscar e trazer para o debate, os possíveis limites e possibilidades do conhecimento histórico hoje. Entretanto, destacaremos apenas algumas relacionadas com a configuração da cultura historiográfica atual e com as características de nosso momento cultural.

Ocorrem coisas interessantes com o passado. Ele é passado e, no entanto, é presente. O que aconteceu, aconteceu, mas nós não podemos silenciar-lo. Sempre procuramos presentificar-lo, significar-lo, afastar-lo e aproximar-lo. Procuramos também diabolizá-lo, mitificar-lo ou mesmo coisificar seus sentidos e funções. Quando nós o esquecemos ou procuramos esquecer-lo, isto ainda não significa que o passado deixou de ser um fator sem importância, pois ele pode, inclusive, presentificar-se mesmo contra a nossa vontade. Ainda podemos carregar-lo como um fardo sob nossos ombros e, muitas vezes, não conseguimos nos livrar de tal peso. Quando nós nos afastamos dele, o que acontece? O passado é um pedaço de nosso eu sem o qual não conseguiríamos viver. Seríamos autômatos e vazios de

conteúdo. E, neste caso, o conhecimento precisa ficar, no mínimo, como sendo experiência de vida.

E quando nós tornamos o passado como parte consciente de nossa experiência, o que acontece? Além do mais o que acontece com o passado quando nós lhe atribuímos significado de forma consciente? Intrínseco, à evocação histórica coletiva, todos nós temos uma interface individual e coletiva do problema, no qual poderíamos refazer as mesmas perguntas agora no singular. Neste caso estaríamos amarrando o sentido e o significado à construção do tempo da experiência, das expectativas e das ações do eu.

Em ambas as perspectivas intercambiadas, o passado é um imenso espaço temporal, constituído de coisas desconhecidas. Aliás, a história é o espaço do tempo e o passado é o campo no qual o real brinca de esconder com o pesquisador. Conhece-las e compreende-las seja para a vida coletiva ou individual causa muitos apuros e obstáculos, porém é algo fascinante. O passado é uma espécie de sombra de cada um de nós e somente ela nos faz perceber como e onde nos influencia a vida. A compreensão desta problemática coloca o passado como possibilidade de futuro e ele é um poderoso argumento para a cultura da mudança. Isto por que a natureza não fala mais ao homem, pois ele precisa de férias para reencontra-la.

De forma ampliada, experimentamos na cultura historiográfica atual uma tendência, que poderia ser identificada com certas configurações semânticas características de um tempo plúrico da modernidade tardia, próximo daquilo que os alemães entendem por *Spätzeit*³.

³ MOSER, Walter. *Spätzeit*. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

Vivenciamos na atualidade, em termos de pensamento histórico-historiográfico, experiências muitas vezes difíceis de serem apreendidas conscientemente no sentido de se perceber claramente as tendências orientadoras destas na sociedade bem como no ambiente acadêmico.

O que nos interessa aqui, principalmente, é a noção de experiências possível de ser reconstituída na cultura historiográfica. Nesse sentido, podemos identificar nossa época com certas configurações semânticas de um tempo plúrico da(s) modernidade(s) tardia(s), algo muito próximo daquilo que os alemães denominam por *Spätzeit*¹. Mas, então, como poder-se-ia caracterizar este nosso momento?

A cultura historiográfica dos anos 1990 perdeu sua capacidade de explicação estrutural de movimentos sociais e de processos civilizatórios². As narrativas históricas perderam muito de seu sentido original, as quais buscavam orientar e legitimar projetos de sociedade. A grande orquestra tocava a sinfonia da modernização, da racionalidade e da ciência, formando um conjunto harmonioso no qual o progresso gozava o *status* de solista. Nesse conjunto formado pela orquestra, cenário, maestro, muito pouco contava a assistência da platéia. Tudo era encenado para a platéia, sem participação direta, a não ser para aplaudir a apresentação do conjunto ou, em alguns casos, ser representado pelo conjunto. Essa estrutura orgânica de apresentar a representar o sujeito coletivo, projetado no futuro, perdeu sua capacidade explicativa após a crise paradigmática recente. Sua energia explicativa inicial dos grandes feitos e das estruturas modernizadores cede lugar à consciência de viver uma época multicultural e de interesses pluriorientados. O

¹ Conforme MOSER, Walter. *Spätzeit*. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

² O entendimento sobre cultura historiográfica está discutido em DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

pensamento histórico na virada deste século caracteriza-se pela nova história cultural que, na opinião de Wehler, aponta para um déficit teórico estrutural e para uma abstinência política³. Esta crítica contundente pode ser explicitada através de interrogações que tocam diretamente no nervo epistêmico-metodológico, as quais podemos resumir da seguinte forma:

- a) Dever-se-ia fazer tábua rasa do passado⁴?
- b) O que estou fazendo quando escrevo história⁵?
- c) A história tem um sentido⁶?

A consciência de uma perda irreparável gerou a frustração, o pessimismo e, com isso também, a perda da ambição explicativa. A época é das reconstituições de memórias individuais, coletivas e, conseqüentemente, essa perspectiva exige do historiador (como leitor) uma posição quanto à infinidade de leituras possíveis do passado. Esse é o momento de revigoração cultural e inserção da hermenêutica na compreensão do passado, rompendo dessa forma com o exclusivismo de uma verdade científica.

O historiador sempre teve desconfiança dos seus modelos explicativos, porém ele não tornava isso público, indo além dos pressupostos estabelecidos pela comunidade científica. Sua segurança explicativa pouco era garantida pela ciência, mas muito mais pela sua crença na ciência para costurar o futuro. Fazia-se mais ideologia do que ciência. Pesquisávamos pouco em nome do avanço do conhecimento e da ciência e muito para

³ WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001. P. 69-86.

⁴ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.

⁵ CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

⁶ BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: Edusc, 2001.

legitimar e ratificar a teoria⁷. A busca da objetividade ausentava o narrador da tomada de posição, postura que lhe garantia a investidura de autoridade.

Por um lado, a falência dos modelos explicativos gerou, num primeiro momento, uma terrível desconfiança em relação ao papel da memória. Hoje já podemos afirmar que essa desconfiança está superada, tornando-se ela o centro do debate. Aliás, o que sobrou dos tempos heróicos do passado é a memória⁸. A memória tornou-se o centro informativo pela falência da ação e das leituras entrópicas dos modernos. O que hoje representa a imaginário em termos de história cultural, o progresso no passado representara para os modernos. E nesse caso, a certeza do futuro cegou-se sobre as possibilidades da contingência na história. Ou ainda, dito com outras palavras, o historiador sempre teve dificuldades em lidar com o irracional. Por outro lado, a memória não é tão benévola assim, pois ela está constantemente exigindo de nós atos de submissão para que haja o processo de memorização. Rememorar é um ato de sofrimento e a consciência deste fato é o próprio estado de culpa. Talvez estejam aí as razões da pouca importância atribuída a esse processo. Não é que ele não seja importante, é um ato doloroso e por isso, pouco pensado, pois ela poderá revelar aspectos contingências numa espécie de movimento trágico como história⁹.

Evidentemente que também na história essa reorganização não é feita de forma indolor. Há uma espécie de desespero frente aquilo que a memória pode revelar. A título

⁷ DIEHL, Astor Antônio. *Ciência, política e universidade*. Passo Fundo: Clio, 2001. Ver também DIEHL, Astor Antônio; TEDESCO, João Carlos. *Epistemologia das ciências sociais*. Considerações introdutórias de um debate. Passo Fundo: Clio, 2001.

⁸ Ver POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Rev. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.2, p. 3-15, 1989 e HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁹ Discutimos o movimento trágico na história em outra oportunidade, ver *Rev. de Filosofia e ciências humanas*, Passo Fundo, ano 17, n. 1/2001. p. 81-93, ver também discussão em ROSENFELD, Katharin H. (org.). *Rev. Filosofia Política* v. 3, n. 1 Filosofia & literatura: o trágico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

de exemplo e dependendo da postura do historiador, ela revela os escombros, as ruínas e os processos de desintegração, pois a história como disciplina científica tem sua origem naquele processo que denominamos de modernização.

Frente à diversidade reveladora da memória, o historiador já não consegue mais ter certeza de que seus interesses, suas teorias, seus métodos, suas narrativas e as funções didáticas do conhecimento sejam capazes de reconstituir e significar o passado e ainda ter algum sentido para o futuro.

Do ponto de vista de um certo purismo metodológico, os historiadores experimentaram essa mudança nas formas de relacionamento que eles tiveram desde a teologia até a antropologia. Historiadores extraíram metáforas, categorias e explicações de outras áreas do conhecimento, adaptando-os a sua disciplina para que pudessem servir aos seus interesses e suas considerações. Com grande orgulho lançavam mão de ferramentas e explicações sem ter que resolver o problema da disciplinaridade dos campos e fronteiras epistemológicas¹⁰.

Sob o pretexto da interdisciplinaridade, os historiadores protegeriam suas cabeças com o chapéu alheio, estabelecendo uma espécie de “mais-valia” metodológico-conceitual (ou imperialismo) sobre as demais áreas do conhecimento. Talvez para as outras áreas de conhecimento, esse aspecto possa ser considerado, dizendo-se que a história não possui um objeto e um método para evidenciar sua especificidade científica. Ou ainda: o historiador estaria catando aqui e ali elemento para constituir aquilo que seria seu objeto, sob a estratégia muito utilizada no passado, denominada de ciências auxiliares.

Certamente, a razão principal do historiador em agir dessa forma é a de apreender um conhecimento sobre o passado a partir de documentos para então formular uma explicação

¹⁰ REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e ciência*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 11-39.

das questões históricas relevantes. Por outro lado, em sentido negativo, esse aspecto poderia evidenciar a expressão da pouca importância que as questões epistemológicas têm tido para o historiador. Em consequência, teríamos um falso orgulho profissional de historiador, acrescido de uma possibilidade de romper o *status* meramente acadêmico, pois o historiador não apresentaria justificativas teóricas e sociais para a relevância de sua disciplina, lá onde outras disciplinas teriam mais prestígio. Assim, o historiador perderia legitimidade para reivindicar para si o *status* profissional, pretendido legalmente. É uma hipótese relevante, assim a vejo, pois a história sempre foi e continuará sendo terra de todos e de ninguém pela incapacidade de formular sua própria delimitação. Dessa forma, a história manteria uma relação um tanto populista com as outras áreas do conhecimento. A estratégia de relacionar e vincular-se ora mais, ora menos, lhe garante o consolo da estratégia de a autonomia disciplinar¹¹.

Quanto ao outro aspecto enunciado acima tem mais ou menos significado na profissão nem sempre fica evidente, mas os dois estão intimamente relacionados e fazem parte constitutiva da história da história. Muitas vezes as generalizações dos modelos esvaziam o passado de seus conteúdos e acaba por eliminar o sentido para apenas tomar em consideração o arranjo teórico. E nesse caso a salvação do homem estaria no conformismo. Talvez essa crítica à racionalização da história possa ser perfeitamente invertida. A aproximação da história de outras disciplinas através da inter, multi e transdisciplinaridade é plenamente justificável, tendo em vista os avanços produzidos em termos teórico-metodológicos pelas possibilidades de releituras do passado e, sobretudo,

¹¹ Ver aqui BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/ed da FGV, 1998.

pelos cortes verticais no passado, sugeridos pela descrição densa ou pela reconstituição de estruturas simbólicas tão condenadas pela historiografia tradicional.

Aqui, não iremos proceder dessa maneira. No entanto, não bastaria somente a consciência daquilo que fora condenado no passado. O historiador precisou outros instrumentos metodológicos para dar sentido aos fragmentos e buscar uma nova representação e, portanto, adequada para o passado contemporaneizado. A história encontrará na alegoria seu modo de representação.

Tal tendência mostra (a) a receptividade da obra de Walter Benjamin na elaboração dessas interpretações e (b) aproximação entre história e outras formas narrativas como a literatura. A diferença agora está no fato do historiador não poder mais usar modelos teóricos de seleção e classificação dos restos de tradições como fazia no passado. A heterogeneidade temporal, cultural e política impedem-no de fazer tábua rasa em termos de sentidos e significados. A heterogeneidade revela o espaço cultural contemporâneo saturado¹², porém criador.

A saturação do espaço cultural pode gerar uma reação que entende a própria saturação como um obstáculo à originalidade, a inovação ou mesmo a possibilidade de produção de conhecimentos. Tudo já teria sido dito, feito e narrado. Restaria, então, uma espécie de saída estratégica em direção ao mundo primitivo, situado em algum lugar e tempo antes da modernidade. Um desejo de busca da comunidade, do pequeno, do micro e, por que não, de recolocar o sujeito ético-moral no centro do palco¹³.

¹² Vimos essa tendência nos últimos encontros nacionais da ANPUH. Ver *Livro de Resumos – XXI Simpósio Nacional de História “a história no novo milênio: entre o individual e o coletivo”*. Niterói: ANPUH; Niterói: UFF, 2001.

¹³ Uma leitura mais apurada da obra publicada nos anos de 1980 de Michel Foucault nesse aspecto poderia revelar várias formas de encaminhamento epistemológico.

De outra forma, a situação do espaço cultural pode mostrar que a própria saturação seja percebida como a condição *sine que non* da produção de novos sentidos¹⁴. O custo da modernização seria agora visto não mais como obstáculo, mas como recurso para a sua reutilização através dos esforços da metanarrativa, da imaginação criativa, da metaficção, da utilização de metáforas ou da interdisciplinaridade. Configura-se, portanto, um terreno fértil e promissor ao avanço do debate das narrativas pós-modernas.

A recomposição de temporalidades diferentes numa mesma narrativa já não é mais vista como uma deformação, uma patologia ou mesmo sinônimo de desordem, mas sim como prerrogativa de constituição de um sistema como uma lógica racional que trabalha com sentidos pré-construídos. Pela dinâmica interna do sistema e pelos seus enunciados, a narrativa e a estética assumem o papel principal. Nesta orientação, o conteúdo histórico torna-se secundário, sobre o qual se narra e se estetiza. As múltiplas recombinações possíveis no sistema levam a implodir a bilateralidade de posições. Quebram-se assim as oposições. Porém, tem-se enorme dificuldade em diferenciar o que é produção de reprodução ou originalidade de cópia.

Por vezes, essas tendências são duramente criticadas como sendo reciclagem, pastiche ou mesmo canibalismo cultural. Todo esse processo estaria levando ao esgotamento cultural, a falta de originalidade e a ausência crítica¹⁵.

Parece-nos que também a história está passando por uma época de provocações. O rompimento das relações de sucessões tempo como modelo explicativo catapultou a memória e a narrativa estetizante para o centro do debate da história cultural¹⁶. Tanto a

¹⁴ Ver GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.

¹⁵ MOSER, Walter. Op cit.

¹⁶ Ver WEHLER, Hans- Ulrich. Op. cit., p. 79-86.

história, na sua grande mudança ocorrida na final da segunda metade do século XIX, como a psicanálise é disciplinas que buscam compreender o indivíduo. E por que a psicanálise? Por que a relação entre história e psicanálise pode gerar possibilidades de compreensão do debate historiográfico atual em termos das representações simbólicas e do retorno ao indivíduo ético-moral. O tempo presente é o da memória/esquecimento, dos sentidos e (re)significados culturais.

A percepção desse momento não nos pode levar a estratégia de varrer debaixo do tapete aquilo que não se enquadra em nossos modelos explicativos. Também não pode nos levar à estratégia de avestruz de enterrar a cabeça, deixando de fora o corpo, pensando que dessa forma estaríamos protegidos dos eventuais abalos nos parâmetros de plausibilidade da história.

A história como disciplina tem a possibilidade de compreender e explicar fenômenos econômicos, sociais, das relações de poder, etc¹⁷. Para tanto, torna-se necessário e desejável, sem dúvida, de uma disciplina histórica orientada também no psicanalítico, no social e no cultural. Outrossim, estamos ainda longe de constituir tal disciplina, mas temos possibilidades de reconstruir parte desse debate com a crise do historicismo, com a relação entre psicanálise e marxismo ou simplesmente pela recuperação contextualizada das obras de Nietzsche, Freud, Weber, Benjamin, entre outros tantos.

Frente a essa situação de saturação do espaço cultural-historiográfico temos duas chances razoáveis. A primeira é a de conceber nossa época como de obstáculo à originalidade e a produção de conhecimentos capazes de transposição didática. A segunda

¹⁷ Ver ALIEZ, Éric. *Da impossibilidade da fenomenologia*. São Paulo: ed. 34, 1996.

é aquela que toma a saturação cultural como possibilidade. Mas, para tanto é preciso buscar antes outros caminhos e o que escolhemos aqui é o da experiência.

Existem certas características simples da vida e da cultura humana que não deveríamos desprezar. Biologicamente, ninguém consegue enxergar (ver) pelo outro, vemos as coisas de perspectivas diferentes. Culturalmente, ninguém consegue experimentar pelo outro. Experimentamos as mesmas coisas de lugares, olhares e sensibilidades culturais diferentes. Essa simples constatação, se levarmos adiante, traz consigo a medida da dificuldade que enfrentamos quando nos dedicamos à história ou, mais especificamente, a didática da história.

Se, somos diferentes uns dos outros (e efetivamente somos) em termos de nossa experiência de vida cultural, isso nos leva a um paradoxo. Primeiro, não existe a possibilidade de apreendermos conhecimentos gerais (e a história ensinada é um conhecimento genérico); segundo, e em consequência do primeiro, nós não conseguimos pensar historicamente as experiências históricas. Com essas duas premissas poderíamos chegar a considerar que o conhecimento histórico produzido está em contradição com as experiências individuais e, portanto, ele não diz muita coisa para os outros pelo simples fato desse conhecimento ser o resultado narrativo de experiências particulares.

Se, somos diferentes em nossas experiências (e tudo que inclui experiência) o que nos possibilita a transposição do conhecimento narrado?

Desde a obra de Husserl, o conceito *mundo da vida* (Lebenswelt) foi pontualmente introduzido na discussão filosófica, na teoria do conhecimento e nas ciências sociais de forma geral. Um leque de possibilidades foi aberto mais recentemente quando Habermas atualizou a teoria do mundo da vida de Alfred Schütz, fazendo dessa noção um dos fundamentos para o debate nas ciências sociais nos anos de 1970. O conceito gerou

diferentes propostas e usos, redimensionando-se especialmente com a antropologia para uma situação à prática social.

Na história, *mundo da vida* pode representar experiência humana. Nesse sentido, a experiência seria o único mundo real, no qual todos nós estamos em qualquer tempo na medida em que nos comunicamos e vivemos socialmente, percebemos e transformamos as coisas ao nosso redor. Diferentemente é o caso das ciências naturais, que observam essas mesmas coisas de forma natural e objetiva. A experiência está inquestionavelmente aí; antes de qualquer reflexão, está aí para cada um. Homem e mundo vivem em coexistência e, dessa relação, produz-se à experiência. As pessoas, ante a possibilidade de consciência, compreendem as coisas não primeiramente sob a forma de observação científica distanciada.

Como experiência compreendem-se situações vividas e representadas do mundo que nos rodeia, no qual nós fazemos dos outros a base quase natural das nossas expectativas, entendendo que cada indivíduo partilha e se assegura nesse movimento. A experiência está simplesmente aí e, para sua existência, não é necessária qualquer justificativa.

A experiência, entretanto, não é a única realidade na qual vive o indivíduo. Ele também poderá, com o passar do tempo, aproximar-se de realidades como a religião, a ciência, a arte, o sonho, etc. Mas a experiência continua sendo uma realidade superior, da qual vem a possibilidade de consciência. Aproximar-se com outras realidades é como uma viagem, porém apresenta também outros sentidos, por meio dos quais a pessoa sempre retorna ao primeiro/original. O *Eu* sempre partilha a experiência com outros. Parte-se da concepção consciente de que a experiência do *Eu* também pode ser a dos outros na cotidianidade da vida.

No debate recente das ciências humanas, a experiência também é compreendida como o espaço da comunicação, da interpretação, da ação e do processo de busca de sentidos. É o espaço de compreensão das normas sociais, da convivência coletiva e da formação de identificações e identidades, onde surgem conflitos, interesses e uma gama variada de interpretações. Em outras palavras, é o espaço da prática política¹⁸.

Também na pedagogia surgem possibilidades de fazer da experiência o fundamento para as estratégias de ensino. O espaço pedagógico é aquele constituído com base na constelação de sentidos, em que as intenções de ações estão todas integradas de forma constitutiva, surgindo daí a experiência pedagogicamente caracterizada como as representações das diferentes experiências.

Com os aspectos apontados, surge o problema que supera as próprias ciências sociais, qual seja, a relação entre ciência e vida. A onipresença da racionalidade instrumental científica, aos poucos, passa a ser questionada e suas possibilidades explicativas através da razão precisa de fundamentação fenomenológica. Com isso, também o sujeito é reabilitado; ele surge não mais como mero ingrediente do processo de conhecimento objetivo, mas como o necessário sujeito para a constituição do objeto.

Husserl foi o primeiro a diagnosticar a crise da ciência com a perda do significado da vida, pois, com a prática da moderna ciência, baseada no mundo da técnica, perde-se a questão do sentido da existência humana. É evidente que o ressurgimento da noção experiência vincula-se, de forma estreita, com a crise da ciência moderna⁴. Busca-se,

¹⁸ Ver também SOUZA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

⁴ O debate sobre as ciências humanas pode ser seguido em JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977 ou ainda KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eitor, 1993.

portanto, ganhar novos sentidos e significados para a própria ciência histórica a partir da experiência de vida.

Queremos trazer para o debate alguns elementos constitutivos da experiência com o objetivo de buscar sentidos e representações do mundo da vida para o espaço pedagógico-didático da história. Essa experiência será a base sobre a qual a história como representação do passado se construiu. Assim, se história como experiência representa a base fundida para história como ciência, precisamos encontrar elementos (noções) de compreensão histórica dentro da história racionalizada, mesmo que tais noções sejam introduzidas sob forma de noções não metodizadas.

Encontrar essa base de elementos significa encontrar as funções de orientação das pessoas no mundo e os processos de constituição de identidades. No espaço não/científico da vida, lidar com história possibilita a orientação das experiências sobre a continuidade histórica e sobre a ação política. A aproximação da história com a experiência configura-se através da socialização e da tradição, sob a forma de processos educativos não intencionais e não organizados institucionalmente tanto na vida política como na vida privada. Já, para apreender a história como ciência, são necessárias formas processuais intencionais e racionalmente organizadas.

Nas primeiras socializações são transmitidas normas que permitem formar o processo histórico e a constituição do espaço de cada uma das sociedades. A criança aprende a compreender o mundo apesar de ter surgido nele quando já estava pronto, e é por isso que ele precisa assumir o mundo em que os outros já vivem. Na apreensão do mundo, a criança assume determinadas personalidades próximas, que são, via de regra, os pais, os avós e os parentes, os quais colocam o acento no processo de apreensão do mundo, no que é mais ou menos importante, ou no sentido de quais normas devem ser seguidas.

Esses significados assumidos pela criança já estão carregados de historicidade e são a ela passados via socialização, que funciona como filtro do mundo social. É dessa forma que a criança vai experimentando a ordem de sua cotidianidade, ordem de experiências familiares específicas que se compõe de um longo processo histórico. Para começar a viver, é preciso, portanto, ter consciência desse processo, é preciso, adquirir a competência para a experiência consciente e o ordenamento das representações dessas experiências⁵.

A experiência na cotidianidade é impossível de ser pensada sem a tradição, por meio da qual, as experiências são transmitidas como conhecimentos, regras e motivações. A elaboração e reelaboração das múltiplas experiências individuais mal poderão ser apreendidas. Elas aparecem muito como sendo significados, como representações socioculturais e sob forma de regras de ação ou mesmo como costumes.

Uma outra função da tradição é de *amarrar* significados de diferentes gerações em processos capazes de propiciar novas experiências de estruturação do tempo. Esse *amarrar* significados permite que a sociedade não se fragmente completamente, porque as tendências de regras e de experiências são asseguradas por grupos sociais e instituições.

Portanto, trabalhar com essa constelação de elementos da experiência gera possibilidades didáticas para a história. A diferenciação entre a racionalidade científica e a não científica é, para a didática, de elevado valor hermenêutico. As possibilidades para a didática estão no fato de poder perguntar: como processos de ensino-aprendizagem podem ser objetivados a partir de conteúdos, métodos e estratégias de ensino? Ou perguntar sobre os processos de comunicação, de integração e desintegração sociais? Ou, ainda, perguntar

⁵ DIEHL, Astor Antônio e MACHADO, Ironita P. *Apontamentos para uma didática da história*. Passo Fundo: Clio, 2001.

sobre ambos. Isso porque a disciplina didática deve se colocar a tarefa de intermediar ciência e experiências de vida como via de mão dupla.

Por um sentido, a didática deve intermediar experiências na ciência e, por outro, deve dar retorno dos resultados da ciência para o mundo da vida. Exatamente esses questionamentos trazem para a didática, dificuldades ainda não solucionadas, pois os seus conteúdos e seus métodos para o desenvolvimento curricular ainda estão moldados pelo pensamento tradicional.

As orientações históricas para o mundo das experiências sociais podem tornar-se objeto de pesquisa para a didática da história. Isso implica encontrar o papel dos conteúdos sociais do cotidiano, como, por exemplo, nos meios de comunicação, na política, na trivialidade do dia a dia etc., como possíveis pontes de intermediação com a ciência. Sem as potencialidades do campo das experiências – do mundo da vida, uma definição de tarefas para a didática seria insustentável. Nesse sentido, a história como experiência poderá abrir um leque de possibilidades, pois conhecê-la garante a sobrevivência da própria didática da história.

No entanto, não bastaria somente a consciência daquilo que fora condenado no passado. O historiador precisa outros instrumentos metodológicos para poder dar sentido aos fragmentos, buscando uma nova representação e, portanto, mais comprometida com o passado e sem esvaziar-lo de seus conteúdos. A história encontrará na alegoria seu modo de representação.

Parece-nos, no entanto, que não basta à consciência daquilo que está mudando. É preciso desenvolver instrumentos e posturas teóricas que dêem um novo sentido à história⁶,

⁶ Ver DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: ed. Da Unesp, 2001 e RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento

sobretudo pela possibilidade de problematizarmos o passado na perspectiva de reconstituirmos idéias para uma cultura da mudança e creditarmos argumentos para reconstituirmos as idéias de futuro que se tinha no passado.

O conteúdo destas duas vertentes é constituído de elementos da cultura historiográfica. Se, ao longo de nossa trajetória conseguirmos didatizar os conteúdos destas vertentes, então estaremos alcançando um sentido tríplice para a história, tais como: o sentido da função emancipação, o sentido da função utopia e, finalmente, o sentido da função de alteridade.

Nessa perspectiva, a problemática evidencia a necessária reorientação nas teorizações e nas reconstituições de experiências. Sem esse propósito, as categorias de intermediação de conhecimento históricas estarão sensivelmente reduzidas. Se eu consigo perceber, com relativa clareza, as profundas mudanças que estão ocorrendo na historiografia atual, então poderia dizer que estamos querendo encontrar uma espécie de razão seminal, um spermatikós logos da história.

BIBLIOGRAFIA

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: ed. da Unesp, 2001.

RÜSEN, Jörn. Perda de sentido e construção de sentido no pensamento histórico na virada do milênio. In: *Rev. História: debates e tendências*. Passo Fundo/UPF: Mestrado em História/CPH/RS, v. 2, n. 1, dezembro de 2001, p. 9-22.

MOSER, Walter. Spätzeit. In: MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 33-54.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira nos anos 80: mudança estrutural na matriz historiográfica brasileira*. Porto Alegre: Evangraf, 1993.

WEHLER, Hans-Ulrich. *Historisches Denken am Ende des 20. Jahrhunderts*. Göttingen: Wallstein Verlag, 2001. P. 69-86.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábua rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.

histórico na virada do milênio. In: *Rev. História: debates e tendências*. Passo Fundo/UPF: Mestrado em História/CPH/RS, v. 2, n. 1, dezembro de 2001, p. 9-22.

- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- BODEI, Remo. *A história tem um sentido?* Bauru: Edusc, 2001.
- DIEHL, Astor Antônio. *Ciência, política e universidade*. Passo Fundo: Clio, 2001.
- DIEHL, Astor Antônio; TEDESCO, João Carlos. *Epistemologia das ciências sociais*. Considerações introdutórias de um debate. Passo Fundo: Clio, 2001.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Rev. Estudos históricos*. Rio de Janeiro, v.2, p. 3-15, 1989.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- DIEHL, Astor Antônio. A ciência e o espírito da tragédia. *Rev. de Filosofia e ciências humanas*, Passo Fundo, ano 17, n. 1/2001. p. 81-93.
- ROSENFELD, Katharin H. (org.). *Rev. Filosofia Política* v. 3, n. 1 Filosofia & literatura: o trágico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e ciência*. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1999. p. 11-39.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: ed. UFRJ/ed da FGV, 1998.
- ANPUH. Ver *Livro de Resumos – XXI Simpósio Nacional de História “a história no novo milênio: entre o individual e o coletivo”*. Niterói: ANPUH; Niterói: UFF, 2001.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. São Paulo: Ed. 34, 1998.
- ALIEZ, Éric. *Da impossibilidade da fenomenologia*. São Paulo: ed. 34, 1996.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e morte das ciências humanas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- KAPLAN, E. Ann (org.). *O mal-estar no pós-modernismo*. Teorias e práticas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Eitor, 1993.
- DIEHL, Astor Antônio e MACHADO, Ironita P. *Apontamentos para uma didática da história*. Passo Fundo: Clio, 2001.